

**Abrindo as páginas da Revista do IHGB:
Estudos iniciais sobre o Ensino de História no século XIX***

Aaron Sena Cerqueira Reis**

INTRODUÇÃO

Sobretudo a partir dos anos 1990, a História da Educação vem ampliando o seu campo de pesquisa no Brasil com a introdução de novos temas e objetos de pesquisa (Cf. CARVALHO, 2003). Esta é uma tendência que se opera em consonância com o advento dos Annales, movimento que promoveu e insistiu na necessidade de alargar a noção de fonte histórica, como lembrou Jacques Le Goff (1976), um dos idealizadores da Nova História Cultural. Desta forma, antes restrita à análise das ideias pedagógicas dos educadores e à política institucional do Estado, a História da Educação passou a adotar novas fontes (tais como diários e escritos pessoais) e metodologias de pesquisa (a exemplo da história oral), permitindo estudos acerca da história do ensino, do livro escolar, de práticas de leitura, dentre outros temas e objetos passíveis de estudo.

Partindo desta abordagem, pretendo analisar durante os dois próximos anos, período em que cursarei o Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Sergipe, o papel do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no processo de constituição do ensino de história durante o século XIX, a partir de sua fundação em 1838. Para tanto, analisarei a Revista que leva o nome da instituição, sobretudo as atas, por entender esta fonte como um espaço de discussão onde emergiam as principais ideias que circulavam no IHGB. O período selecionado, correspondente a momentos distintos da história política brasileira, se justifica pelo fato de permitir que apreendamos a forma como o Instituto se adaptou às mudanças instauradas com o

* Trabalho desenvolvido sob a orientação do prof. Dr. Itamar Freitas.

** Graduado em História e Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Bolsista CAPES.

advento da república e como isto influenciou em suas concepções acerca da história e do ensino de história. Constituindo-se nos primeiros passos de um projeto maior, esta comunicação levantará mais questões do que respostas.

CAMINHOS PARA UMA PESQUISA

A presente investigação parte da reflexão expressa por Michel de Certeau, segundo a qual, cabe ao pesquisador delimitar o “lugar” de onde “fala” o seu objeto. Para o historiador francês, o discurso histórico produzido, a exemplo do periódico tomado como fonte, está “submetido a opressões, ligado a privilégios, enraizado em uma particularidade” (CERTEAU, 1976, p.18). Com isso, tentarei compreender as imbricações ideológicas que permearam a concepção de ensino de história no IHGB, além de perceber o modo como ele contribuiu para o interesse e desenvolvimento da disciplina de História no Brasil.

Embora a história não fosse trabalhada como disciplina no IHGB, tal conceito pode ser utilizado em virtude da agremiação constituir-se num campo em que se encontra “um modo de disciplinar o espírito, quer dizer de lhe dar os métodos e as regras para abordar os diferentes domínios do pensamento, do conhecimento e da arte”, conforme reflete André Chervel (1990, p.180). Falando em disciplina, esta evidencia o ensino. Aqui, o ensino de história, cuja importância, ressaltada por vários pesquisadores, dentre eles, Itamar Freitas, reside na medida em que “subsidiava a reflexão dos profissionais de história sobre os seus ofícios, ao tempo em que mantém estreito acompanhamento sobre os processos de construção das memórias desses saberes” (FREITAS, 2006, p.12).

Segundo Freitas, embora a história da historiografia contemple questões sobre o ensino, tal espaço ainda é bastante reduzido (Cf. FREITAS, 2008, p.25). Mesmo em decorrência do seu deslocamento para os cursos de pós-graduação, bem como a atuação da Associação Nacional de História – ANPUH e a realização de simpósios como os do Encontro Nacional dos Pesquisadores do Ensino de História – ENPEH, que tem favorecido certa ampliação destes estudos desde os anos 1970 (Cf. DIAS, 2000/2001). Freitas ressalta que é no âmbito destas associações, bem como de grupos de pesquisas

ligados a programas de pós-graduação que se podem encontrar pesquisadores voltados ao estudo da história ensinada.

Não obstante o modelo criticado dos anos 1970, quando as principais pesquisas acerca do ensino de história estavam “centradas no exame da legislação federal e dos dados oficiais, e pautados nas expectativas políticas e sociais dos seus autores” (WARDE, 2003), as novas pesquisas trabalham com diferentes abordagens, decompondo a história sobre o ensino de história em múltiplos pontos de vista e apresentando conclusões bastante híbridas (CF. FREITAS, 2008, p.29).

Exemplos de abordagens inovadoras são os estudos de manuais didáticos, propostos por Selma Rinaldi de Mattos (2000 e 2007), Arlette Gasparello (2004), Circe Bittencourt (2008) e Ciro Flávio de Castro Bandeira de Melo (2008)¹. De certa forma, estes trabalhos nos ajudam, inclusive, a perceber a relação do IHGB com o ensino de história.

Mattos, por exemplo, realizou duas pesquisas interessantes. Em “O Brasil em lições” (2000), a historiadora tentou compreender o lugar e o valor do ensino-aprendizagem da História do Brasil no Império a partir da análise dos manuais de Joaquim Manuel de Macedo que serviam de suporte aos alunos do Colégio Pedro II. Já em “Para formar os brasileiros”, tese de doutoramento defendida na USP em 2007, ela demonstrou como o “Compêndio de História do Brasil” de José Inácio de Abreu e Lima pode atuar como um instrumento catalisador do movimento de “expansão para dentro do país”, pois, conforme a autora, ele representava a expressão da nacionalidade, na medida em que permitia a identificação dos diferentes tipos de brasileiros ao se apropriarem do manual de diferentes formas.

Em “Construtores de identidade” (2004), ao perceber a educação escolar como o principal meio de divulgar e criar o sentido de nação que se buscava no Brasil do século XIX, Gasparello analisa os livros didáticos produzidos naquele período, por entender este objeto como o principal veículo formador de identidade. Partilhando das reflexões de Hobsbawn, a pesquisadora perceberá a configuração do nacionalismo brasileiro,

¹ Muito embora, a análise de Guy de Hollanda publicada em 1957 possa ser um dos primeiros modelos de estudo sobre bibliografia didática, o pesquisador limitou-se a perceber as reformas dos programas de ensino no período de 1931 a 1956.

buscando compreender “como esse *nacionalismo de nobreza* teria se manifestado nos primeiros livros de história nacional para o ensino” (GASPARELLO, 2004, p.28).

Ao abordar “a história do livro didático no processo de constituição do ensino escolar brasileiro no decorrer do século XIX e primeiros anos do século XX”, Circe Bittencourt (2008, p.13) refletiu a dificuldade do tema, principalmente pela complexidade em definir o que seja o livro didático, considerado por ela um “objeto de pesquisa divergente”, pois possui a capacidade de ser apropriado de diferentes modos por grupos distintos.

Resultado da tese defendida na USP em 1997, “Senhores da História e do Esquecimento” (2008) de Bandeira de Melo objetivou um estudo comparativo entre diferentes epistemologias do ensino de história do Brasil, o do monarquista Joaquim Manuel de Macedo e o do republicano João Ribeiro. Para tanto, o pesquisador ressalta os momentos específicos em que tais obras foram produzidas a fim de destacar sua importância e as dificuldades observadas em cada período. Por exemplo, enquanto no Império, Macedo não possuía referências acerca de uma historiografia brasileira anterior, na República, Ribeiro tinha como referência um modelo que não se pretendia seguir. Deste modo, ele compreendeu a significação destes instrumentos na construção da história brasileira ensinada nas escolas, considerando a capacidade que o livro didático possui de influenciar os estudantes, na medida em que expressa uma ideologia.

O que estes trabalhos apresentam em comum é o fato de inovarem as abordagens acerca da bibliografia didática. Através de suas análises, os pesquisadores privilegiaram a relação dos objetos com a construção do saber em diferentes momentos, esquivando-se de uma postura de julgamento acerca da influência do Estado Nacional, por exemplo. Concordam que, no século XIX, a educação ainda possuía um caráter elitista. Além disso – e também o que nos interessou – foi o fato destes estudos perceberem a relação do IHGB com a construção do conhecimento acerca da história, enfatizando a função do Instituto enquanto promotor da educação. Desta maneira, creio estar seguindo um caminho de bases sólidas, pois é evidente que, no estado da arte, há estudos elucidativos de problemas semelhantes ao que será proposto no projeto ao qual este trabalho é vinculado.

O IHGB E O ENSINO DE HISTÓRIA

Fundado em 21 de outubro de 1838, período marcado pelo processo de consolidação do Estado Nacional Imperial, o IHGB fora uma iniciativa da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN) que, criada em 1827, possuía “a marca do espírito iluminista”, conforme aponta Manoel Luís Salgado Guimarães (1988, p.8). Segundo este pesquisador, que estudou a concepção da historiografia proposta pelo IHGB, foi durante o século XIX que se viabilizou “um projeto de pensar a história brasileira de forma sistematizada” (GUIMARÃES, 1988, p.6), sendo a referida instituição responsável pela construção de um conceito para *nação brasileira*.

Semelhante às instituições europeias, o objetivo do IHGB era promover a centralização de informações acerca das províncias brasileiras a fim de fortalecer o Estado Nacional. Neste ponto, nitidifica-se a influência do espaço intelectual francês, com destaque para o *Institut Historique de Paris* que, fundado em 1834, manteve forte contato com o IHGB em seus primórdios. Esta intensa relação entre os Institutos do Brasil e da França objetivava, conforme Guimarães, “construir a imagem de um Brasil como frente avançada da civilização francesa nos trópicos” (1988, p.13), o que corrobora a ideia da existência de imbricações políticas neste projeto.

A história passou, então, a ser considerada “o meio indispensável para forjar a nacionalidade” (GUIMARÃES, 1988, p.14) na medida em que adquiria um sentido “legitimador para decisões de natureza política” (Idem, 1988, p.15). Logo, a intenção do IHGB em produzir uma historiografia brasileira era associada aos interesses políticos monárquicos, pretendendo, pois, combater a crescente onda republicana que se instaurava nos países recém-independentes da América do Sul.

A forma encontrada pelo IHGB de legitimar o Estado Nacional que se constituía era através da produção de uma história homogênea, capaz de garantir uma identidade brasileira. Assim, o IHGB passou a incentivar a produção de trabalhos que versassem sobre o país através da concessão de prêmios. Dentre os trabalhos que corresponderam às expectativas do IHGB estão os de von Martius e Varnhagen que, de certa forma, abordavam temáticas constantemente lembradas na Revista Trimensal do Instituto: a problemática indígena, as viagens e explorações científicas e o debate da história

regional, conforme percebo na leitura das atas e na explicação de Guimarães (Cf. 1988, p.20).

Ao refletir sobre este “lugar”, do qual o IHGB se mostrava, é possível verificarmos as marcas e as fronteiras do Império Monárquico trazidas com a proteção de Dom Pedro II (Cf. GUIMARÃES, 1988, p.9). Embora seus membros o definissem como uma instituição científico-cultural neutra, não obstante as entrelinhas do discurso inaugural proferido pelo cônego Januário da Cunha Barbosa afirmar o oposto:

Os literatos de todo o Brasil saberão, pela leitura de nossos estatutos, que os sócios deste Instituto não só meditam organizar um monumento de glória nacional, aproveitando muitos rasgos históricos que dispersos escapam à voragem dos tempos, mas ainda pretendem abrir um curso de história e geografia do Brasil, além dos princípios gerais, para que o conhecimento das coisas da pátria mais facilmente chegue à inteligência de todos os Brasileiros (Revista do IHGB, tomo I, 1856, p.19).

Não só uma tentativa de dissuadir a atenção dos ouvintes e, posteriormente leitores desavisados das intenções ocultas do governo, mas também se configurando no próprio desenvolvimento dos ideais políticos brasileiros, o IHGB propõe adentrar no campo do ensino público para imiscuir-se ideologicamente à mentalidade nacional. É o que se verifica, inclusive, no artigo 1º do estatuto do IHGB:

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tem por fim coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a história e geografia do Império do Brasil; e assim também promover os conhecimentos destes dois ramos filológicos por meio do ensino público, logo que o seu cofre proporcione esta despesa (Revista do IHGB, tomo I, 1856, p.22).

Adentrando, nas sessões de atas da Revista do IHGB, apresentadas pelo Visconde de S. Leopoldo, então presidente do Instituto, encontraremos propostas que nortearão o desenvolvimento dos estudos históricos no Brasil. Já na 1ª sessão, realizada em 1º de dezembro de 1838, é indicado o seguinte: “Determinar-se as verdadeiras épocas da história do Brasil, e se esta se deve dividir em antiga e moderna, ou quais devem ser suas divisões” (Revista do IHGB, tomo I, 1856, p.57). Apesar destas sugestões não terem sido executadas tal como previstas, percebo que ocorrera, sim, uma preocupação com o ensino de história, o que justifica a opção de estudar o IHGB no âmbito da História da Educação.

A historiadora Arlette Gasparello, por exemplo, destacou a participação do Instituto na medida em que atuava “como legitimador das publicações didáticas de

História do Brasil, cujos autores preocupavam-se em apresentar ao Instituto para serem reconhecidos” (GASPARELLO, 2004, p.18). Bandeira de Melo também mostrou a influência da agremiação na produção dos manuais didáticos, destacando que, na medida em que buscava um modelo historiográfico para o Brasil, influenciou os estudiosos que se dedicavam ao ensino, a exemplo dos autores por ele estudados, Joaquim Manuel de Macedo e João Ribeiro.

Ao analisar a contribuição de Jonathas Serrano para a pedagogia histórica, Itamar Freitas percebeu um fenômeno de valorização do ensino da história no período de 1838 a 1942. Para entender este processo, ele destacou a atuação dos Institutos Históricos do Brasil e de São Paulo porque, embora não privilegiassem a discussão em torno do ensino de história, as comissões destas instituições eram formadas, principalmente, por professores secundaristas que, de toda forma, entendiam certas necessidades do ensino (Cf. FREITAS, 2008, pp.42-51).

Embora nem todos tivessem a intenção de produzir estudos voltados para o ensino, muitas vezes as pesquisas eram veiculadas às escolas, que adotavam os manuais de História do Brasil escritos, geralmente, pelos sócios do IHGB, já que grande parte dos educadores fazia parte dele. Como bem lembrou Bandeira de Melo, o IHGB contribuiu para “divulgar e, mesmo, ensinar, ainda que indiretamente, o produto desse processo” (2008, p.38), além de delinear o formato da historiografia brasileira. Assim, mesmo que a disciplina história não tenha sido formalizada dentro deste espaço, supomos ter sido ele quem promovera a discussão de ideias para desenvolvimento da mesma, influenciando a elaboração de currículos escolares em instituições como o Colégio Pedro II, por exemplo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, surgem algumas questões que servirão para nortear a futura dissertação, as quais tentarei responder no decorrer da pesquisa, por exemplo, qual o “lugar” de onde são produzidas as reflexões do IHGB acerca da História e do Ensino de História? Qual o papel desta Instituição na promoção da disciplina História? Quem são os atores sociais ligados ao Instituto que discutem esta temática? Qual a relação do

IHGB com outras instituições de ensino? Quais os trabalhos produzidos no âmbito do IHGB que se relacionam com a educação escolar? Acreditamos que estas indagações nos permitirão perscrutar problemas que ainda não foram completamente resolvidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDEIRA DE MELO, Ciro Flávio de Castro. **Senhores da História e do Esquecimento**: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de História na segunda metade do século XIX. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

BITTENCOURT, Circe. **Livro didático e saber escolar (1810-1910)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. (Coleção História da Educação).

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). História e análise de textos. **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. 15ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, pp.375-399.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a República e outros ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. IN: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (org.). **História**: novos problemas. Tradução de Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, pp.17-48.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. IN: **Teoria & Educação**, nº. 2, 1990, p 177-229.

DIAS, Margarida Maria Santos. O ensino de história como objeto de pesquisa. IN: **Saeculum** – Revista de História, João Pessoa, n.6/7, jan./dez., 2000/2001.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da História Ensinada**. 9ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2006. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

FREITAS, Itamar. **A pedagogia histórica de Jonathas Serrano**: uma teoria do ensino de História para a escola secundária brasileira (1913-1935). São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2008.

FREITAS, Itamar. **Histórias do ensino de história no Brasil**. São Cristóvão: UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2006, 284p.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. **Construtores de identidades**: a pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira. São Paulo: Iglu, 2004.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. IN: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n.1, 1988, pp.5-27.

HOLLANDA, Guy de. **Um quarto de século de programas e compêndios de história para o ensino secundário brasileiro (1931-1956)**. Brasil: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1957.

LE GOFF, Jacques. História. **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1976, vol. I (Memória-História).

MATTOS, Selma Rinaldi de. **O Brasil em lições**: a história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo. Rio de Janeiro: Access, 2000.

MATTOS, Selma Rinaldi de. **Para formar os brasileiros**: O Compêndio da História do Brasil de Abreu e Lima e a expansão para dentro do Brasil. Orientador: Maria Lígia Coelho Prado. São Paulo: USP, 2007. Tese (Doutorado em História Social).

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO BRASIL. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, Tomo I, 1856.

WARDE, Miriam Jorge. Historiografia da Educação Brasileira: mapa conceitual e metodológico (dos anos 1970 aos anos 1990). **Revista do Mestrado em Educação**, São Cristóvão, v.6, pp.45-49, fev./jun. 2003.